

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO

DESPACHO Nº JFES-DES-2019/12011

Referência: Processo de Execução Orçamentária e Financeira Nº JFES-EOF-

2019/00231, 28/06/19 - JFES.

Assunto: Aquisição de material de consumo por compra / pagamento

NÚCLEO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS,

Trata-se de processo de execução orçamentária e financeira objetivando a aquisição de 01 (um) conjunto de CLP/Controlador Lógico Programável para ar condicionado Hitachi, no valor de R\$ 1.935,97 (um mil, novecentos e trinta e cinco reais e noventa e sete centavos).

Às fls. 18-20, a Coordenadoria Jurídica (JFES-PAR-2019/00293), em síntese, manifesta-se favoravelmente à contratação com fundamento no artigo 24, II, da Lei nº 8.666/93, caso não ultrapassado o limite estabelecido no referido artigo.

À fl. 84, a Seção de Compras (JFES-DES-2019/11604) informa que o preço cotado pela empresa **DJR Distribuição e Comércio de Peças Eireli -Qualipeças** (R\$ 1.935,97) é inferior ao preço médio de mercado (R\$ 1.986,99) e que a empresa está regular.

À fl. 87, a Seção de Planejamento Orçamentário (JFES-DES-2019/11813) informa que há disponibilidade orçamentária para atender à despesa, na classificação 096.903 (JC), elementos de despesa 3390.30.25. Esclarece que, até a presente data foi feita aquisição de R\$ 4.975,00 na citada classificação, com a utilização do art. 24, II, da Lei nº 8.666/93.

À fl. 89, a Coordenadoria Jurídica (JFES-DES-2019/11845) não identifica óbice à contratação tendo em vista pesquisa de mercado realizada pela Seção de Compras, conforme informação JFES-DES-2019/11604 da SECOMP (fl. 84), bem como da existência de disponibilidade orcamentária (JFES-DES-2019/11813 - fl. 87).

Decido.

Considerando a informação JFES-DES-2019/11813 da Seção de Planejamento Orçamentário de que há disponibilidade orçamentária para pagamento da despesa (fl. 87), aliada ao parecer JFES-PAR-2019/00293 (fls. 18-20) e despacho JFES-DES-2019/11845 (fl. 89) da Coordenadoria Jurídica, acolho as justificativas apresentadas, aprovo o termo de referência e **autorizo** a contratação por dispensa de licitação, com fundamento no art. 24, II, da Lei nº 8.666/93.

Sendo assim, autorizo a emissão da respectiva nota de empenho em favor da empresa **DJR Distribuição e Comércio de Peças Eireli,** tendo vista sua regularidade fiscal e por ter apresentado proposta mais vantajosa para a Administração, conforme informação JFES-DES-2019/11604 da Seção de Compras (fl. 84).

Vitória, 08 de julho de 2019.

Classif. documental 30.04.09.01





PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA FEDERAL

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO



CRISTIANE CONDE CHMATALIK Juíza Federal Diretora do Foro



